

AO EXPEDIENTE DO DIA
02 11 92 19
PRESIDENTE



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
BANCADA DE OPOSIÇÃO



Requerimento de Apelo nº. 190 /2019.

Senhor **Presidente**,

Requeiro nos termos do art. 117, inciso XIX, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja encaminhada **manifestação ao Procurador-Geral da República na Paraíba, Marcos Alexandre Bezerra Wanderley Queiroga, para que sejam apurados os escândalos na área de saúde**, desencadeados a partir da **Operação intitulada "Calvário"**, que envolve a organização social **Cruz Vermelha**, e sobretudo para que **seja federalizada a investigação concernente a possibilidade do uso indevido de recursos públicos da União**, uma vez que o financiamento do SUS é tripartite, **e há constantes transferências de recursos federais para estados e municípios**, cujo novo modelo foi definido pelo Ministério da Saúde através da Portaria 3.992, publicada em 28 de dezembro de 2018.

JUSTIFICAÇÃO

Em atuação conjunta, os órgãos do Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB/Gaeco), do Rio de Janeiro (MPRJ -Gaeco/RJ) e de Goiás (MPGO-Gaeco) desencadearam uma operação intitulada 'Calvário'. Trata-se de um esforço investigativo no qual foi possível identificar inúmeras condutas delituosas praticadas no âmbito de organização criminosa infiltrada na Cruz Vermelha Brasileira - filial do Rio Grande do Sul -, dentre outros organismos não-governamentais, incluindo o órgão central da Cruz Vermelha Brasileira, a filial da CVB no Estado de Sergipe e o Ipcep – Instituto de Psicologia Clínica, Educacional e Profissional.

Apesar dessa importante ação institucional, cresce na sociedade paraibana a insatisfação quanto a democratização das informações relativas à saúde, sobretudo pelo fato de que os possíveis envolvidos nos desvios de recursos públicos na Paraíba, ou seja, os investigados, permanecem exercendo cargos públicos relevantes na atual administração estadual. Portanto, para a opinião pública a saúde hoje é sinônimo de fraudes, desmandos administrativos e baixa qualidade no atendimento.

Assim, entendemos que neste momento é imprescindível a investigação de todo o sistema, em cada uma das esferas de governo. Diante da situação e à luz do modelo de repasse dos recursos da União para estados e municípios, aumenta a expectativa de que esse importante Ministério Público da União investigue a existência de irregularidades no uso dos recursos federais para o SUS, transferidos para a Paraíba por meio de blocos de financiamento (investimentos, custeio, gestão).

Assinaturas manuscritas de membros da bancada de oposição.

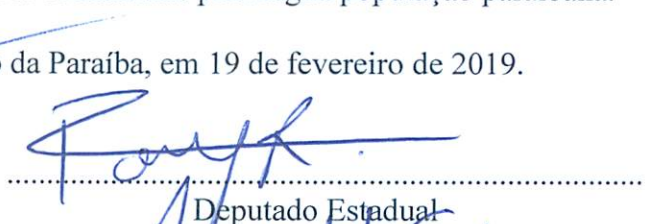
Deste modo, os Deputados que subscrevem este instrumento legislativo vêm **requerer a federalização das investigações**, com fundamento na possibilidade do uso indevido de recursos públicos da União a partir da Operação Calvário, e na competência desse digno Ministério Público da União para defender os direitos sociais e individuais indisponíveis, a ordem jurídica e o patrimônio público, no zelo pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados na Constituição Federal.

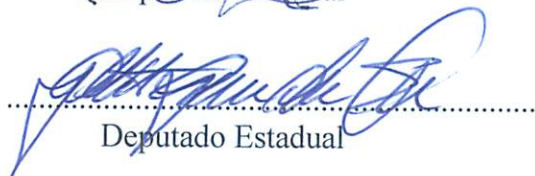
Registre-se que, quando comparamos a alocação de recursos para a área de saúde entre as esferas de governo, fica evidente a forte dependência estadual dos recursos financeiros da União.

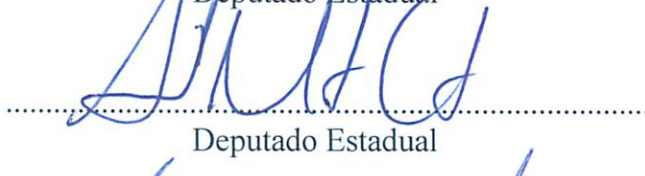
De tal modo, em virtude da relevância da matéria, apresenta-se este apelo para que sejam ampliadas, com justiça, as investigações reclamadas pela digna população paraibana.

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 19 de fevereiro de 2019.


Deputado Estadual


Deputado Estadual

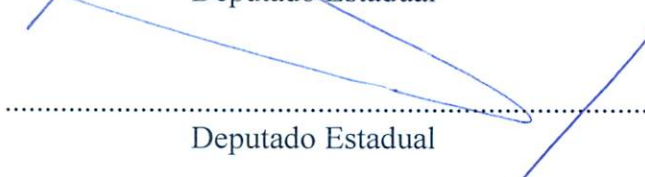

Deputado Estadual


Deputado Estadual


Deputado Estadual


Deputado Estadual


Deputado Estadual


Deputado Estadual


Deputado Estadual


Deputado Estadual

